



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

**Processo nº** : 13907.000178/2001-88  
**Recurso nº** : 124.503  
**Acórdão nº** : 301-31.829  
**Sessão de** : 20 de maio de 2005  
**Recorrente(s)** : DISTRIBUIDORA DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS  
SANTA IZABEL LTDA.  
**Recorrida** : DRJ/CURITIBA/PR

SIMPLES. AUSÊNCIA DE ATO DECLARATÓRIO E  
DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO LEGAL. NULIDADE.

É nulo “*ab initio*” o processo de exclusão do SIMPLES lastreado em  
Ato Declaratório que não foi anexado aos autos e que, de acordo  
com as informações e documentos ali contidos, não atende aos  
requisitos legais de validade do ato administrativo.

**Processo que se anula *ab initio*.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho  
de Contribuintes, por unanimidade de votos, anular o processo *ab initio*, na forma do  
relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO  
Presidente

ATALINA RODRIGUES ALVES  
Relatora

Formalizado em: 13 SET 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Irene Souza da Trindade Torres, Carlos Henrique Klaser Filho, José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Valmar Fonsêca de Menezes e Helenilson Cunha Pontes (Suplente).

Processo nº : 13907.000178/2001-88  
Acórdão nº : 301-31.829

## RELATÓRIO

Trata o processo de Solicitação de Revisão de Exclusão da Opção pelo SIMPLES, efetuada pelo Ato Declaratório nº 265.488, "em virtude de pendências da empresa e/ou sócios junto a PGFN" (fl. 10/verso).

Não concordando com o ato, a contribuinte apresentou à Delegacia da Receita Federal em Jundiaí/SP Solicitação de Revisão da Vedação/Exclusão à Opção pelo Simples – SRS, fl. 10, visando afastar a exclusão. A SRS foi indeferida pela DRF/Curitiba que manteve a exclusão (fl.10/verso) sob a justificativa de que a compensação de débitos inscritos em dívida ativa da União, com créditos pleiteados nos processos nº 10930.000535/00-15 e 10930.000536/00-70, não poderia ser aceita, tendo em vista que não seriam créditos líquidos e certos.

Inconformada, a interessada, por seu procurador (fl. 05), apresentou a impugnação de fls. 01/04, na qual requer a suspensão de sua exclusão do SIMPLES, alegando, em síntese, que discute administrativamente a compensação de débitos inscritos em dívida ativa com créditos de PIS, fato que suspende a exigibilidade dos débitos inscritos, enquanto não definitivamente julgados os pedidos de compensação devidamente formalizados, conforme telas do COMPROT anexas. Argumenta, ainda, que a pretensão do Fisco de excluí-la do SIMPLES em razão da existência de débitos fiscais é inconstitucional, pois afronta, entre outros, os princípios da isonomia, do devido processo legal e da livre concorrência. Transcreve decisões proferidas na esfera judicial que entende corroborarem sua tese.

A 2ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba/PR, ao apreciar a impugnação, manteve a exclusão da interessada do SIMPLES, nos termos do Acórdão DRJ/CTA nº 332, de 29/11/2001, proferido às fls. 19/22, cuja ementa dispõe, *in verbis*:

*"Ementa. SIMPLES. EXCLUSÃO.  
Não comprovada a regularização de pendências junto a PGFN,  
deve ser mantida a exclusão do SIMPLES.  
Solicitação Indeferida."*

Devidamente intimada da decisão de 1ª instância, em 26/12/2001, a contribuinte interpõe, em 24/01/2002, Recurso Voluntário (fls. 25/34) ao Conselho de Contribuintes. Em seu arrazoado, a Recorrente repisa as razões e argumentos aduzidos na impugnação.

Em 14/05/2004, esta Câmara converteu o julgamento do recurso em diligência para que a repartição de origem providenciasse a juntada aos autos do Ato

Processo nº : 13907.000178/2001-88  
Acórdão nº : 301-31.829

Declaratório nº 265488/2000 e prestasse as devidas informações sobre os processos nºs 10930.000535/00-15 e 10930.000536/00-70, nos termos do voto de fls. 42/43.

Em atendimento ao pedido de diligência, a DRF/Londrina informou à fl. 202 que não possui o referido ato e que, não tendo logrado localizar a contribuinte, anexou à fl. 165 a tela do Sistema SIVEX relativa ao ADE nº 265488 que aponta como motivo da exclusão “*pendências junto a PGFN – data da inscrição 14/03/1997*”. Ressalta que foi dada à contribuinte oportunidade de se manifestar sobre o resultado da diligência.

Com relação às informações solicitadas acerca do processo 10930.000536/00-70, informou, à fl. 161, em síntese, que o pedido de restituição/compensação de valores recolhidos a título de PIS do período 01/90 a 03/95 com débitos vincendos do SIMPLES, foi provido parcialmente por meio do acórdão nº 202-14.374 do 2º CC (fls. 210/221), o qual ressalvou que os indébitos poderiam ser restituídos ou compensados depois de aferida a sua liquidez e certeza pela administração tributária. Informou, ainda, que intimou a contribuinte por Edital (fls. 145/147) para que apresentasse a documentação com os elementos indispensáveis para verificar a liquidez e certeza do seu alegado crédito e que a contribuinte não se manifestou, razão pela qual não foi reconhecido seu direito creditório (fls. 145/148).

Quanto ao processo 10930.000535/00-15, a repartição de origem limitou-se a informar que ele foi movimentado em 26/08/2004 do 3º CC para a PFN – CE (fls. 159), não prestando os esclarecimentos solicitados à fl. 42, item, 2, subitens 2.1 a 2.5, acerca do processo.

À fl. 204, a contribuinte, em atendimento à intimação de fl. 203, informou que o Ato Declaratório nº 265488 “*encontra-se extraviado em lugar incerto e não sabido*” e que acredita ter anexado o mesmo à SRS.

É o relatório.

Processo nº : 13907.000178/2001-88  
Acórdão nº : 301-31.829

## VOTO

Conselheira Atalina Rodrigues Alves, Relatora.

O recurso é tempestivo e atende aos demais requisitos de admissibilidade; dele, pois, tomo conhecimento.

Trata o processo de Solicitação de Revisão de Exclusão da Opção pelo SIMPLES (fls. 01/10), efetuada pelo Ato Declaratório nº 265.488.

Tendo em vista que os autos não foram instruídos com o referido documento, esta Câmara, por meio da Resolução nº 301-1.284 (fls. 39/43), solicitou à repartição de origem, entre outras providências, que procedesse a juntada aos autos do Ato Declaratório nº 265.488. Em atendimento à solicitação, a DRF/Londrina informou que não possuía o referido ato e que a tela de consulta ao sistema SIVEX anexada à fl. 165 aponta como motivo da exclusão “pendências junto a PGFN – data da inscrição 14/03/1997”.

Ao instituir o SIMPLES, a Lei nº 9.317, de 1996, determinou no seu art. 9º, *in verbis*:

*"Art. 9º. Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:*

*(...)*

*XV – que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa".*

Por sua vez, as disposições contidas no art. 14 c/c o art. 15, § 3º da citada lei, determinam que, ocorrida a hipótese legal de impedimento da permanência da pessoa jurídica no SIMPLES e deixando ela de formalizar sua exclusão mediante alteração cadastral, sua exclusão será efetuada de ofício mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que a jurisdiçõe. Neste caso, é assegurado à pessoa jurídica o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação relativa ao processo tributário administrativo, conforme disposto no art. 15, § 3º, *verbis*:

*"Art. 15. (...)*

*§ 3º A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdiçõe o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo. Acrescido pelo art. 3º da Lei nº 9.732/98."*

*VMR*

Processo nº : 13907.000178/2001-88  
Acórdão nº : 301-31.829

Verifica-se, assim, que a lei especifica a hipótese que, uma vez ocorrida, motivará a exclusão do SIMPLES de ofício, mediante ato declaratório: ter a pessoa jurídica “débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa.”

Logo, não resta dúvida de que o ato declaratório de exclusão do SIMPLES é um ato administrativo vinculado, tendo em vista que a lei instituidora deste regime especial de tributação estabelece os requisitos e condições de sua realização. Em se tratando de ato administrativo vinculado, para produzir efeitos válidos é indispensável que atenda a todos os requisitos previstos na lei. Desatendido qualquer requisito, o ato torna-se passível de anulação, pela própria Administração ou pelo Judiciário.

Neste sentido, cabe trazer a lume a lição do ilustre Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, na obra “Elementos do Direito Administrativo”, Ed. Revista dos Tribunais, 1980, página 39, segundo o qual, “o ato administrativo é válido quando foi expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo. Vale dizer, quando se encontra adequado aos requisitos estabelecidos pela ordem jurídica.”

Dentre os requisitos do ato declaratório da exclusão da pessoa jurídica do SIMPLES, destaca-se o pressuposto de fato que o autoriza, isto é, o seu motivo ou causa previstos na lei. Na realidade, o motivo do ato é a efetiva situação material que serviu de suporte para a prática do ato, o qual está previsto na norma legal.

Pra fins de análise da validade do ato é necessário verificar se realmente ocorreu o motivo em função do qual foi praticado o ato (materialidade do ato) e se há correspondência entre ele e o motivo previsto na lei (motivo legal). Não havendo correspondência entre o motivo de fato e o motivo legal o ato será viciado, tornando-se passível de invalidação.

Feitas estas considerações, cumpre-nos examinar se ocorreu a situação de fato, prevista na lei, que autorizou a expedição do Ato Declaratório que excluiu a recorrente do SIMPLES, ou seja, se há correspondência entre o motivo de fato que embasou o ato com o motivo previsto na lei instituidora do SIMPLES.

No presente caso, o processo sequer foi instruído com Ato Declaratório que teria dado causa ao litígio sob exame, fato que por si só ensejaria a nulidade do processo *ab initio* por falta de objeto, bem como pela impossibilidade de verificação da validade do referido ato. Há nos autos tão somente referências ao ADE nº 265.488. Ademais, a DRF/Londrina, tendo sido solicitada a anexar aos autos o referido documento, informou que não o possuía e que a tela de consulta ao sistema SIVEX anexada à fl. 165 apontaria como motivo da exclusão “pendências junto a PGFN – data da inscrição 14/03/1997”.

Processo nº : 13907.000178/2001-88  
Acórdão nº : 301-31.829

Ressalte-se que a tela do sistema SIVEX, embora não sendo documento hábil capaz de substituir o ADE nº 265.488, aponta como motivo da exclusão “*pendências junto a PGFN – data da inscrição 14/03/1997*”, motivo confirmado pela repartição de origem por ocasião da apreciação da SRS, ao justificar que “*a comunicação de exclusão do SIMPLES foi emitida em virtude de pendências da empresa e/ou sócios junto a PGFN*” (fl. 10/v).

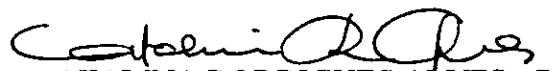
Da análise das informações contidas na tela do sistema SIVEX e no resultado da análise da SRS, constata-se, de plano, a inadequação do motivo explicitado (“*Pendências da Empresa e/ou Sócios junto a PGFN*”) com o tipo legal da norma de exclusão (“*débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa*”).

Considerando que o motivo antecede a prática do ato administrativo vinculado, o agente que o pratica fica obrigado a justificar a sua existência, demonstrando a sua efetiva ocorrência, sob pena de invalidade do ato.

Conforme esclarecido anteriormente, tratando-se o ato declaratório de ato administrativo vinculado é imprescindível a observância do critério da legalidade, ficando a autoridade fiscal inteiramente presa ao enunciado da lei em todas as suas especificações. Assim, não tendo a autoridade fiscal dado como motivação do ato declaratório ter o contribuinte débito exigível inscrito junto à PGFN, na forma prevista na lei, e, tampouco especificado o débito inscrito, o ato é passível de nulidade.

Em face do exposto, anulo o processo *ab initio*, em razão da ausência nos autos do Ato Declaratório nº 265.488, que lhe deu origem, o qual, segundo informações contidas dos autos, também ensejaria a nulidade o processo *ab initio* por não cumprir as exigências legais de regularidade, visto que não há correspondência entre o motivo que o embasou e o motivo previsto na lei instituidora do SIMPLES.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2005

  
ATALINA RODRIGUES ALVES - Relatora